



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE HISTÓRIA

ADRIA LAYANNE PEREIRA DIAS

**“EXPEDIÇÕES AO ACRE”: ATUAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA
NO PROCESSO DE ANEXAÇÃO DO ACRE (1900-1903)**

BELÉM-PARÁ

2025

ADRIA LAYANNE PEREIRA DIAS

**“EXPEDIÇÕES AO ACRE”: ATUAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA
NO PROCESSO DE ANEXAÇÃO DO ACRE (1900-1903)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como requisito parcial para obtenção de grau de
Bacharel em História, pela Universidade
Federal do Pará

Orientador: Prof. Dr. William Gaia Farias

BELÉM-PARÁ

2025



Universidade Federal do Pará
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de História

Às 09 horas do dia 03 de abril de 2025, no Laboratório de História, foi instalada a banca de Defesa Pública de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da discente ADRIA LAYANNE PEREIRA DIAS, matriculada no curso de BACHARELADO em HISTÓRIA, vinculado ao IFCH da UFPA CAMPUS BELÉM sob o número 202079340030. O Prof. Dr. William Gaia Farias (FAHIS/UFPA), orientador e presidente da banca examinadora, abriu a sessão apresentando o arguidor convidado: o Prof. Me. Alan da Silva Dias (FAHIS/UFPA), examinador interno e o Prof. Me. Deyvisson Cardoso Machado, examinador externo. Após a arguição e avaliação do trabalho apresentado, relativo ao TC intitulado: “EXPEDIÇÕES AO ACRE: ATUAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA NO PROCESSO DE ANEXAÇÃO DO ACRE (1900-1903)”, a banca decidiu pela aprovação com conceito EXCELENTE.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que vai assinada pelos examinadores presentes ao ato.

Documento assinado digitalmente



WILLIAM GAIA FARIAS

Data: 09/04/2025 23:09:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

O Prof. Dr. William Gaia Farias

Documento assinado digitalmente



ALAN DA SILVA DIAS

Data: 09/04/2025 23:14:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Alan da Silva Dias

Documento assinado digitalmente



DEYVISSON CARDOSO MACHADO

Data: 09/04/2025 23:51:53-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Deyvisson Cardoso Machado

“EXPEDIÇÕES AO ACRE”: ATUAÇÃO DA MARINHA DE GUERRA NO PROCESSO DE ANEXAÇÃO DO ACRE (1900-1903)

Resumo

O trabalho objetiva analisar as ações da Marinha na região do Acre durante o litígio, denominado pela historiografia como “Questão do Acre” envolvendo Brasil e Bolívia. Para isso, analisamos documentos sobre as expedições ao Acre realizadas pela Marinha de Guerra por meio da “Flotilha do Amazonas”, avaliando as motivações iniciais para a criação de um outro agrupamento de navios de guerra denominado de “Divisão Naval do Norte”. A partir da análise dessas duas forças navais, que atuaram no conflito territorial entre os países ribeirinhos, a pesquisa busca demonstrar dois momentos distintos da posição brasileira em relação ao território contestado: negociação e reivindicação. Essas posições adotadas pela Marinha de Guerra, indicam que a instituição teve um papel importante enquanto força auxiliar nos desdobramentos diplomáticos na região.

Palavras-chave: Marinha, diplomacia, “Questão do Acre”

ABSTRACT: The aim of this paper is to analyze the Navy's actions in the Acre region during the dispute, known in historiography as the “Acre Question”, between Brazil and Bolivia. To do this, we analyzed documents on the expeditions to Acre carried out by the Navy through the “Flotilla do Amazonas”, evaluating the initial motivations for the creation of another grouping of warships called the “Northern Naval Division”. Based on the analysis of these two naval forces, which acted in the territorial conflict between the riparian countries, the research seeks to demonstrate two distinct moments in the Brazilian position in relation to the contested territory: negotiation and claim. These positions adopted by the Navy indicate that the institution played an important role as an auxiliary force in the diplomatic developments in the region.

Keywords: Navy, diplomacy, “Acre Question”

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	4
2 CONJUNTURA DIPLOMÁTICA	6
3 A ATUAÇÃO DA MARINHA E AS TENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS.	8
4 A MUDANÇA POLÍTICA NACIONAL	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
6 BIBLIOGRAFIA	18

Introdução

Alguns debates historiográficos localizados na segunda metade do século XX, ocuparam-se em discutir e denominar o processo de disputa territorial no acre, que se estendeu do período Imperial até a República. Gerson Albuquerque, discutindo a reverberação da “Questão do Acre” nos periódicos e analisando suas contribuições para História Pública, evidência que o termo surgiu no próprio contexto do litígio, o qual foi amplamente difundido nos jornais e livros¹. Em outro trabalho, Nedy Franco argumenta que as produções historiográficas sobre a “Questão do Acre” se limitaram a análise das tentativas de integrar a região ao Brasil apenas no período republicano, diante disso, destaca que o acontecimento deve ser pensado desde o período colonial com os Tratados de Tordesilhas, Madri e Ildefonso².

Sobre esses tratados do período colonial, vale ressaltar que foram elaborados a partir dos interesses de Espanha e Portugal em delimitar seus espaços de influência. Conforme os Tratados de Madri e Ildefonso foram assinados e fundamentados no uso do *uti possidetis*, que garantia a posse da terra àquele que efetivamente a ocupasse, nota-se a expansão dos territórios sobre posse de Portugal. Nesse sentido, os acordos firmados durante a colonização estabeleceram as bases para a formulação dos tratados posteriores, já sob o Brasil independente.

Retomando o debate do termo “Questão do Acre”, Felipe Couto, ao analisar a colaboração de Rui Barbosa para a resolução do conflito, expõe que a expressão foi fundamentada no mesmo período em que Albuquerque analisou, levando em conta o momento conflituoso, marcado por diversos embates políticos e diplomáticos de interesses imperialistas³. Essa concepção apresentada pelo autor, foi trabalhada, também, por Leandro Tocantins no livro *A Formação Histórica do Acre*. Na obra, a chamada “Questão do Acre” refere-se a um complexo processo político, na qual disputas diplomáticas, militares e econômicas configuram-se enquanto elementos centrais para entender o acontecimento. Embora o autor considere a importância das forças militares brasileiras na anexação do território, seu estudo não objetiva analisar especificamente a atuação dos militares. Desse modo, observa-se que o estudo desse processo pode ser importante para enxergar novos atores e novas dinâmicas da história política envolvendo diferentes personagens, como por exemplo, a Marinha.

¹ DE ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. História e historiografia do Acre: notas sobre os silêncios e a lógica do progresso. **TROPOS**, v. 1, n. 4, 2015.

² DE ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros. A anexação do Acre ao Brasil dentro do contexto de relações internacionais que conduziram a construção das fronteiras brasileiras (1580-1909). *Jamaxi*, v. 1, n. 1, 2017.

³ COUTO, Felipe Rabelo. A Questão do Acre e a solução nacional de Rui Barbosa. *Veredas da História*, v. 8, n. 1, 2015.

Diante dessa conjuntura complexa, o trabalho visa analisar a atuação da Marinha frente aos acordos diplomáticos entre Brasil e Bolívia. Embora o objetivo do trabalho não contemple o estudo de outros países interessados no Acre, faz-se importante salientar que o processo de anexação não foi dado de forma bilateral, mas como uma fronteira móvel e sujeita a pressões diversas⁴. Isso se evidencia no caso brasileiro, onde a região enfrentava tanto pressões internas, com ocupantes brasileiros solicitando apoio do governo, quanto externas, marcadas pelas investidas imperialistas norte-americanas e europeias, legitimadas pela Bolívia por meio do Bolivian Syndicate. Ainda assim, se tinham as negociações com o Peru, o qual possuía interesse nas repartições do Acre conhecidas como Alto Juruá e Alto Purus⁵, resolvidas apenas em 1909 com o Tratado de Brasil-Peru.

Entende-se, portanto, que se trata de uma questão política densa e de dimensões macro. Não há como entender as ações da Marinha no conflito sem o estudo da conjuntura e das dinâmicas políticas do momento. Para isso, ao longo do trabalho utilizo o conceito de *interdependência* apresentado pela historiadora Rosa Pinheiro, que parte do pressuposto que as negociações diplomáticas entre Brasil e Bolívia necessitaram dos serviços prestados pelas forças militares. Como metodologia de estudo histórico para análise das fontes, utilizamos a micro-história, a qual destaca que o processo de pesquisa em história é a ciência de perguntas gerais, resultantes de respostas locais, propondo-se em trabalhar a metodologia de macro e micro, reconstruindo a estrutura geral a qual influencia diretamente na condição local. Dessa maneira, o objeto de maior escala trata-se da diplomacia brasileira-boliviana, e o específico, de menor escala e análise minuciosa refere-se às ações da marinha no conflito.

Assim, o artigo divide-se em três momentos. No primeiro, buscamos fazer uma breve reconstituição da conjuntura diplomática a fim de entender o aspecto macro do conflito, para então abordar o objeto de estudo: a atuação da Marinha. Já no segundo, adentrando no cerne do debate, observa-se a colaboração do Brasil, por meio dos serviços da Marinha, na garantia da soberania da Bolívia sobre o território do Acre. No último tópico, a partir do final de 1902, evidencia-se a reivindicação do Brasil pelo território Boliviano, bem como as demandas direcionadas para a Marinha nessa conjuntura. Não obstante, também são apresentados brevemente os argumentos utilizados pelo Brasil para requerer o território como o imperialismo, representado pela companhia internacional Bolivian Syndicate, a teoria de linha

⁴ GARAY VERA, Cristián. EL ACRE Y LOS" ASUNTOS DEL PACÍFICO: BOLIVIA, BRASIL, CHILE Y ESTADOS UNIDOS, 1898-1909. Historia (Santiago), v. 41, n. 2, p. 341-369, 2008.

⁵ SENADO FEDERAL. O Tratado de Limite Brasil-Peru: apresentação de Geraldo Mesquita Junior. Edição do Senado Federal, v. 127. Brasília: Senado Federal, 2009.

angular fundamentada por Rui Barbosa, e o uso do *uti possidetis* pautado na ocupação de brasileiros no Acre.

Portanto, considerando que existiram dois momentos heterogêneos da diplomacia brasileira nesse processo, o primeiro de colaboração, e o segundo de reivindicação, analiso as alterações das missões atribuídas à Marinha nessas conjunturas. Sendo assim, alguns questionamentos vão nortear as discussões deste trabalho: como a Marinha da Amazônia agiu nesses dois momentos diplomáticos? Houve diferenças?

Conjuntura diplomática

Embora o clímax do litígio pelo território tenha ocorrido na transição do século XIX para o XX, sua disputa manifesta uma discussão mais antiga. Nesse sentido, inserida no contexto da América Colonial de concessões de terras entre os reinos da Espanha e Portugal. Em 1750, foi assinado o Tratado de Madri que tinha como principal objetivo substituir o tratado de Tordesilhas de 1494 e firmar novas fronteiras entre as colônias de Portugal e Espanha localizadas na América, considerando sobretudo, o princípio do *uti possidetis*, do latim “como você possui” estabelecendo que o território seria da posse de quem o ocupasse.

As contestações territoriais entre Portugal e Espanha foram retomadas, no ano de 1777 foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, esse acordo visava resolver as disputas territoriais de longa data entre os dois reinos, no tratado buscava-se resolver o conflito voltado especificamente em torno da região do Rio da Prata, mas durante a negociação as extremidades do rio Madeira e Acre também foram abarcadas, o que corroborou posteriormente na elaboração de outros tratados de terras entre os países ribeirinhos⁶.

Passado o período colonial, em 1867 - conjuntura marcada pela formação dos estados nacionais latino-americanos-, um outro acordo foi negociado entre a Bolívia, por meio do General Mariano Melgarejo, e pelo Brasil através do imperador Dom Pedro II, chamado de Tratado da Amizade, Limites, Navegação Comercio e Extradução ou simplesmente Tratado de Ayacucho como ficou mais conhecido. Essa resolução entre os dois países fazia parte de uma série de acordos diplomáticos que tinham por objetivo restabelecer as fronteiras da América do Sul. Se por um lado os tratados de Tordesilhas, Madri e Santo Ildefonso foram tramitados pelos

⁶ O termo “países ribeirinhos” aparece frequentemente nas documentações diplomáticas entre os países que compõem a Amazônia em sua extensão territorial. Se entende, nesse trabalho, que o termo era utilizado para caracterizar os países que faziam parte do que se conhece atualmente como Amazônia internacional ou Pan-Amazônia.

países colonizadores, o de Ayacucho se instituiu sobre uma conjuntura distinta, nesse caso ligada a um projeto formação nacional.

Chegando ao clímax da disputa, no final do século XIX a problemática territorial retomava a ser debatida entre Brasil e Bolívia, nesse período a Amazônia passava por grandes avanços econômicos devido a extração e comercialização da borracha para o exterior. Essa conjuntura econômica influenciou diretamente na questão social da imigração massiva de sertanejos cearenses para a Amazônia, sobretudo para o Acre. Esperançosos em angariar riquezas por conta da difusão do “El dourado” chegavam nas cidades de Belém e Manaus a fim de melhorarem suas vidas por meio do trabalho, estes sujeitos eram, em sua maioria, destinados para os interiores e ao chegarem eram submetidos ao sistema de aviamento, de característica semi-escravista, onde tiveram que adaptar-se rapidamente às condições socioeconômicas para resistir e coexistir⁷.

Essa migração em larga escala dos brasileiros visando a extração do látex resultou na invasão do território contestado boliviano, as regiões do rio Acre, Purus, Juruá e Madeira eram as regiões onde mais se extraía a goma, e coincidentemente tratava-se da região litigiosa, não tendo, portanto, seus limites territoriais precisamente definidos. Em vista desses acontecimentos, Brasil e Bolívia passaram a tramitar novos acordos e propostas a fim de sanar a problemática territorial. O que se fez notório, neste caso, a partir das documentações de protocolos e acordos entre os países, foi a imprecisão em determinar os limites territoriais, pois os aspectos geológicos e demográficos eram critérios essenciais para serem considerados, mas eram dificilmente estabelecidos, devido os recursos limitados que se tinham na época para fazê-lo, as discussões se delongam na necessidade em definir a nascente do rio Javari para então delimitar efetivamente as fronteiras.

Acerca da ocupação de brasileiros no território litigioso, a historiadora Clara Beltran ponderou que nas perspectivas dos bolivianos a problemática não estava na ocupação do território, mas na ausência de impostos pagos pela extração e exportação da goma⁸. Nesse ínterim, a Bolívia instalou em 1899 a alfândega de Puerto Alonso, Dionísio Cerqueira, ministro brasileiro, havia sido o responsável pela concessão do funcionamento da alfândega, isso fez com que os brasileiros que ali instalaram-se, impulsionassem uma revolta que resultou na expulsão dos bolivianos que trabalhavam no local. Durante esse conflito, foi declarado a

⁷ LACERDA, Franciane Gama. Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916). 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

⁸ BELTRAN, Clara López. A exploração e ocupação do Acre (1850-1900). Revista das Índias, v. 61, não. 223, pág. 573-590, 2001.

independência do Acre, tendo como líder da revolta o espanhol Luiz Galvez de Arias⁹, que permaneceu durante cinco meses governando o Acre enquanto estado independente, mas foi deposto pela marinha de guerra através da Flotilha do Amazonas. Desse modo, o que veremos na discussão a seguir é como essa conjuntura influenciou a atuação da Marinha de Guerra brasileira.

A atuação da Marinha e as tensões políticas e sociais

As documentações utilizadas trata-se de “ordens do dia” produzidas pela Marinha de Guerra a partir da repartição da Flotilha do Amazonas, tendo como escrevente o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Ramos de Fonseca. O tipo documental se caracteriza pelo seu caráter corporativo ligado à marinha, o qual determinava as tarefas a serem realizadas pela junta militar diariamente. Nesse caso, as ordens seguintes atendiam pela titulação de “Expedição ao Acre”.

A ordem do dia 16 de março de 1900 em Caquetá, proferida pelo comandante da Flotilha e da expedição ao Acre, referia-se a ida do próprio comandante José Ramos e do Dr. Lopes Netto, para Puerto Alonso por meio do aviso Jurema. Em 1867, o Dr. Lopes Netto havia participado do Tratado de Ayacucho como um dos condutores do acordo, ele encontrava-se, novamente, tentando renegociar os limites da demarcação do Acre utilizando-se dos serviços da Marinha para navegar nos rios amazônicos¹⁰. Na ordem não são expostos detalhes sobre a ida do diplomata e do comandante, mas a nomeação das ordens referentes a questão do Acre adjunto a ida de um diplomata importante são um indicativo importante para pensar a atuação conjunta da diplomacia e da força militar marítima.

No que concerne ao Tratado de Ayacucho (1867) a Guerra do Paraguai foi apontada pela historiografia enquanto ponto definidor para a elaboração desse acordo diplomático. No estudo de Henrique Garbino, são apresentadas algumas considerações sobre como o Tratado de Ayacucho foi interpretado pelos especialistas da temática. Desse modo, em consonância a argumentação de Cassiano Ricardo, o tratado havia sido negociado apressadamente, sem que houvesse uma atenção detalhada as demarcações territoriais, esse desleixo foi atribuído à causa conflituosa enfrentada pelo Brasil, pois a Guerra do Paraguai gerava demasiada tensão militar ao Império¹¹.

⁹ PINTO, Emanuel Pontes. *Acriania: a Revolução do Acre e a Ferrovia Madeira-Mamoré*. Brasília:Thesaurus,2002. p.112.

¹⁰ Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM-2491. Ordens do dia da Flotilha do Amazonas. 1900.

¹¹ GARBINO, Henrique Siniciato Terra. *De Ayacucho a Petrópolis: a interdependência entre diplomacia e ação militar durante a questão do Acre*.2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação). Palhoça: Unisul, 2016. p. 71.

Em relação a essa tensão, no livro de Levy Scavarda sobre a formação da Flotilha do Amazonas, o autor aborda brevemente sobre o receio que o Brasil retinha de um possível alinhamento entre Paraguai e Bolívia. O que se temia, nesse caso, era que houvesse a formação de uma linha de frente a partir da região norte, organizada nas fronteiras com a Bolívia¹².

O Brasil, portanto, necessitava manter as relações diplomáticas com a Bolívia, e para isso teve que negociar e ceder a algumas de suas exigências. A exemplo disso, em 1867, durante o governo imperial de D. Pedro II, a Bolívia solicitou acesso ao rio Amazonas a fim de explorar suas terras não descobertas¹³, o que em um primeiro momento havia sido negado pelo imperador, mas posteriormente concedido, tendo em vista o perigo de outro conflito armada.

Nessa conjuntura, em 1867 foi assinado o Tratado de Ayacucho. No acordo foi garantido à Bolívia o acesso ao rio Amazonas, o qual detinha interesse em conseguir passagem para o Oceano Atlântico para conectar-se ao comércio internacional pela rota do rio Madeira ao Amazonas. A divisão territorial ficava estabelecida considerando critérios geográficos e as ocupações populacionais, nesse sentido, a fronteira teve seu começo estabelecido a partir do Rio Beni e seguia para o Oeste para alcançar o Rio Javari, o tratado configurava que se a nascente do Rio Javari ficasse ao norte da divisão estabelecida, a delimitação deveria ser ajustada. Um ponto fundamental nesse tratado foi o princípio do *uti possidetis*, este assegurava o domínio sob a terra daquele que a ocupasse.

Com a chegada dos anos finais do século XIX se constatou que a problemática territorial não havia sido sanada, sobre uma nova dinâmica a disputa se daria pautada por questões econômicas, sociais e nacionalistas. O avanço da economia gomífera alavancou o processo de imigração para a região, fazendo com que grande parte de brasileiros da região nordestina ocupassem o território outorgado como boliviano, as regiões dos rios Madeira, Purus e Acre foram pontos centrais da ocupação incitado pelo governo brasileiro.

No final da década de 1870 e início da década de 1880 a marinha brasileira por meio da Flotilha do Amazonas, corroborou com esses fluxos migratórios. No trabalho do historiador Pablo Nunes é apresentado como uma canhoneira, denominada de vapor Moema, foi responsável pelo envio de 16 migrantes Cearenses no mês de julho de 1877, estes com destino ao estado do Amazonas. A partir da reconstituição dos fluxos migratórios o autor argumenta

¹² SCAVARDA, Levy. História da Flotilha do Amazonas. Duque de Caxias: Imprensa Naval, 1968, p. 30. Vale ressaltar que a própria criação da Flotilha do Amazonas em 1868 foi fundamentada em consideração ao momento de tensão provocado pela Guerra do Paraguai.

¹³ MONTEIRO, Antonio Tavares et al. O processo de anexação do Acre ao Brasil sob a ótica do direito dos tratados e do paradigma do realismo político das relações internacionais. 2008. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-graduação em Direito. p.65.

que os vapores mercantes e os navios de guerra distribuíram os imigrantes conforme a lógica de colonização do período¹⁴.

A participação da Marinha nos fluxos migratórios para as regiões de produção de borracha e outros insumos encarecem de mais pesquisas, no entanto, através desses jogos políticos de colonização do espaço foi possível analisar a intensificação das reivindicações de brasileiros sobre o território contestado. Ou seja, a ocupação dos brasileiros sobre o território litigioso gerava discussões sobre a soberania do local.

Em um primeiro momento as documentações a qual tive acesso demonstraram uma reivindicação territorial trabalhada pela elite intelectual, Rui Barbosa e João Lucio D’Azevedo foram sujeitos que atuaram no meio midiático e diplomático, questionando a parcialidade do governo brasileiro frente a questão do Acre. Rui Barbosa não concordava com o governo federal que reconhecia o território enquanto boliviano, a reivindicação salientada por ele era de que o território pertencia aos brasileiros, uma vez que era ocupado por estes¹⁵. Outro ponto marcante salientado por Rui e João Lucio D’Azevedo era a falta de respaldo aos cidadãos presentes na região do Acre.

No repositório da Biblioteca Central de la Unsa está salvaguardado um compilado de cartas datilografadas produzidas no Pará, escritas por João Lúcio D’Azevedo nos anos de 1899 tratando sobre a questão do Acre. Em um trecho, ele escreve “E nesta situação lastimosa e indigna, o nosso governo, que entregou ao estrangeiro uma parte do solo nacional, não toma uma só providência em favor dos subditos abandonados com ele.”, em outro momento pontua “Questionamentos salientados pelos "moradores" da área que não foram consultados das relações diplomáticas que estavam sendo efetuadas”¹⁶.

Através desses relatos é possível obter um preâmbulo de como os moradores da região estavam condicionados frente às negociações efetuadas entre Brasil e Bolívia. No entanto, devemos considerar que os discursos proferidos por Rui Barbosa e João Lúcio D’Azevedo estavam carregados por um carácter apelativo e patriótico, a fim de dar cabo na questão do Acre e fazer valer a soberania nacional do Brasil.

¹⁴ PEREIRA, Pablo Nunes. Os almirantes dos rios: relações sociais, poder e combate na Amazônia (1868-1924). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2021. p. 178.

¹⁵ RAMÃO, Henrique Guilherme Sanches. A diplomacia brasileira durante a República Velha (1889-1930) uma análise do pensamento de Rui Barbosa quanto à questão do Acre à segunda Conferência de Paz de Haia e à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. 2015, p.32-34.

¹⁶ BRASIL-BOLÍVIA. Incidente Acre-boliviano. Cartas de João Lucio d'Azevedo. Juízo da Imprensa. Violências contra Brasileiros. Typografia de Pinto Barbosa & C.^a, Pará, 1899. Disponível em: <http://repositorio.umsa.bo/xmlui/handle/123456789/32010>

Nota-se que o debate acerca da política territorial do Acre teve a atuação de importantes intelectuais da época, estes concatenados com a resolução da problemática, no entanto, não deve ser desconsiderada as agências dos populares moradores da região. Nesse ínterim, José Murilo de Carvalho considerou que o debate de “cessão do território” estava distante dos interesses populares ao ponto de mobilizá-los, visto a condição excludente da primeira república brasileira¹⁷, mas até que ponto esse desinteresse estende-se? O desinteresse foi existente para os seringueiros, barões da borracha e nativos que estavam vivenciando os acontecimentos?

De todo modo, o Acre passou por três revoltas “revolucionárias”, organizadas e formadas não só pela elite intelectual e empresários da borracha, mas também pela população de imigrantes brasileiros e nativos. Na obra “Acriânia” do historiador Emanuel Pinto Pontes é mostrada a participação desses sujeitos e como eles se organizaram para se livrarem do domínio boliviano, dissertando sobre o caso da expulsão do Delegado Moises Santivanêz em Puerto Alonso foi possível ter um preâmbulo de como os seringalistas atuaram diante da presença das autoridades bolivianas no território.

No livro, o autor apresenta uma carta escrita pelo advogado José Carvalho, o documento seguia a titulação “em nome do povo brasileiro”, o documento buscava expressar o desejo dos seringueiros que habitavam na região. A mensagem contida na carta solicitava que os bolivianos instalados na alfândega criada pelo boliviano José Paravicini fossem retirados do local, em um discurso apelativo a carta salienta a soberania do Brasil sobre o território e reitera que, caso necessário, o mesmo seria legitimado com o sacrifício de sangue e de vida.

Já em um folheto, escrito pelo mesmo autor da carta, uma espécie de cerimônia que marcava a expulsão dos bolivianos foi detalhada. Durante a cerimônia, as bandeiras bolivianas foram retiradas do mastro da alfândega de Puerto Alonso, e os seringueiros que participavam continham a ânsia em rir diante da expulsão dos seus adversários. Efetuada a expulsão dos bolivianos na região, os seringalistas instalados nas proximidades de Puerto Alonso passaram a organizar-se à procura de um líder da revolta, pois aguardavam a retaliação boliviana, nessa busca o espanhol Luiz Galvez Rodrigues de Arias foi estimado pelos revoltosos. Seu histórico como intérprete no consulado da Bolívia corroborou para sua nomeação, durante o exercício do cargo ele obteve algumas informações sobre os contratos de arrendamento do Acre, além disso, o espanhol declarou que possuía formação militar¹⁸.

¹⁷ DE CARVALHO, José Murilo. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. Editora Companhia das Letras, 2019. p.121.

¹⁸ PINTO, Emanuel Pontes. op. cit., p. 110-116.

Diante disso, as revoltas no Acre continuavam, sob a liderança de Luiz Galvez, os populares inconformados com o estabelecimento da alfândega de Puerto Alonso modificaram o nome da alfândega para Porto Acre, essa iniciativa assinalava o objetivo em desvencilhar-se do poder institucional boliviano, o qual era visto como um empecilho para os seringalistas, uma vez que havia instituído novas tarifas alfandegárias. Todo esse movimento envolvendo a alfândega de Puerto Alonso deflagrou na proclamação em 14 de julho de 1899 do que seria conhecido posteriormente como Primeira Declaração de Independência do Acre.

Perante essas revoltas, o governo federal brasileiro considerando as determinantes do tratado de 1867, demandou que a marinha, através da Flotilha do Amazonas, resolvesse a problemática da insurgência de brasileiros reivindicando o território estabelecido enquanto boliviano. Durante essa primeira grande revolta a Flotilha do Amazonas não atuou em confronto armado, nessa expedição ao Acre apenas dois avisos, Jutai e Tocantins, foram direcionados ao local a mando do comandante da Flotilha do Amazonas, José Ramos Fonseca, adjunto a esses dois navios de guerra, um vapor de propriedade do governo amazonense conduzia um secretário da Fazenda. Essa mobilização da força marítima da região amazônica e do governo amazonense tinham por objetivo depor Luiz Galvez que havia passado cinco meses como governador do Acre.

Através dos registros documentais foi possível identificar a organização para a expedição que colocaria fim à primeira revolta independentista do Acre. Na ordem do dia 14 de março de 1900 o Capitão-de-Mar-e-Guerra da Flotilha do Amazonas, José Ramos de Fonseca, demandava três ordens para a “Expedição ao Acre”. A primeira ordem era destinada ao comandante do aviso Tocantins, o qual teria de seguir junto a José Ramos e ao cônsul Dr. Eduardo Octaviano para Puerto Alonso, às 13:00 da tarde.

A segunda ordem foi destinada ao comandante do vapor Belém e das Forças Militares, os quais deveriam zarpar em todos os navios para Caquetá, chegando ao local, os marujos deveriam aguardar as ordens de seu comandante. Na terceira e última ordem o comandante alertava que o aviso Jutai chegaria no dia posterior e iria conferir o estado das carvoeiras do vapor Belém¹⁹. Os registros fragmentados dos deslocamentos das embarcações proporcionam esparsas informações sobre a atuação da Marinha nos conflitos acreanos. No entanto, é possível

¹⁹ O vapor Belém era um navio mercante que foi equipado com armamentos para servir como navio-capitânia nas comissões do Acre. Ver: PEREIRA, Pablo Nunes. Os almirantes dos rios: relações sociais, poder e combate na Amazônia (1868-1924). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2021 p.92.

observar em diversas ordens do dia, a interconexão entre a marinha e a diplomacia, o vínculo entre as duas partes intensificava-se durante as decisões oficiais.

Em consideração, o trabalho de Rosa Pinheiro, discorrendo sobre as atuações militares no conflito Acreano utiliza o conceito de interdependência, a autora estipula que os desdobramentos diplomáticos necessitaram dos aparatos militares, assim como as ações militares se apoiam nos acordos políticos, portanto, para a autora os dois segmentos dependem da ação do outro²⁰. O que se infere por meio dos acontecimentos travados na região é justamente esse caráter de negociações e conflitos, a Marinha nesse sentido, ora age enquanto força auxiliar da diplomacia a fim de mobilizar tratados de paz, ora serve enquanto força bélica capaz de impor sua força.

As ordens do comandante da Flotilha do Amazonas contaram com o envio de diplomatas por meio dos navios de guerra chamados de avisos, de pequeno porte e alta velocidade, efetivos para a locomoção nos rios amazônicos. A partir dos acontecimentos salientados, ponderamos que até esse momento as negociações diplomáticas entre Brasil e Bolívia estavam determinadas a efetivar a soberania da Bolívia sobre a região, e como forma de demonstrar apoio a Bolívia o Brasil envia sua força militar com intuito de cessar a revolta.

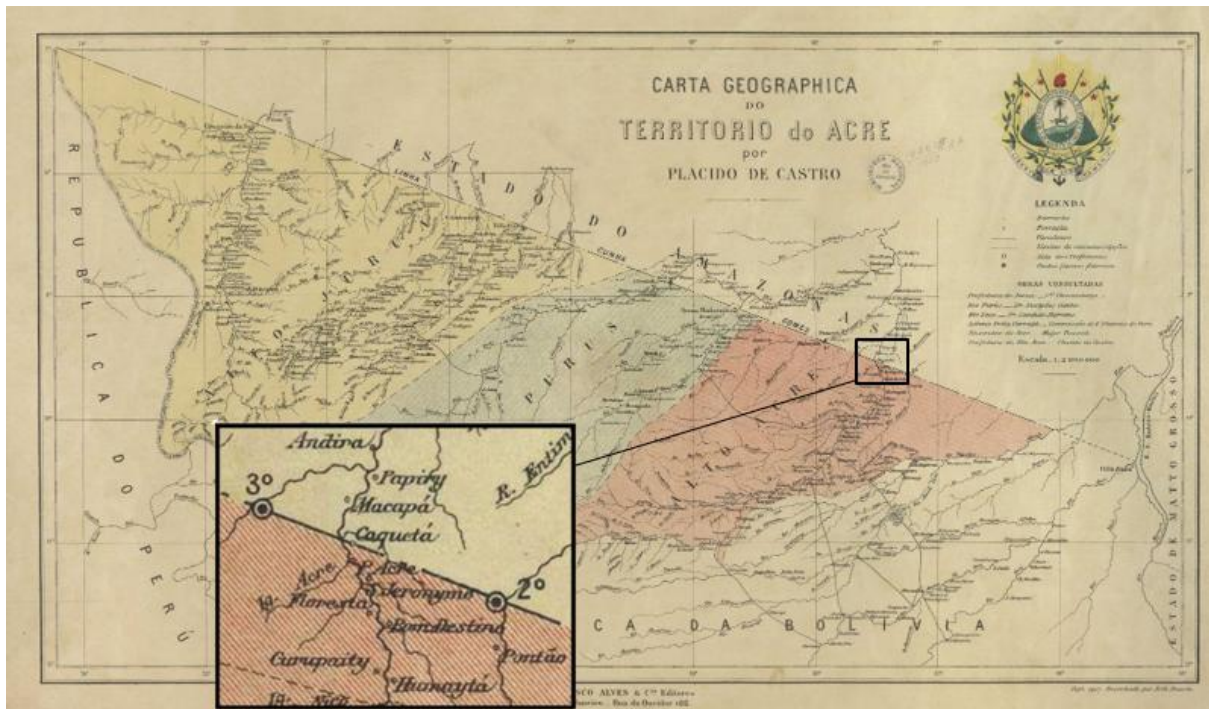
Anterior a ordem do dia 14 de março de 1900, que deu fim à revolta, a ordem do dia 9 de fevereiro contida no livro do Levy Scavarda, apresenta as seguintes informações: o aviso de guerra Jutahy sobre o comando do capitão-tenente Raimundo Ferreira, encarregado temporariamente de exercer o papel de vice-cônsul, teria se deslocado ao Acre a fim de verificar as condições do local. A missão tinha como objetivo identificar se havia algum conflito envolvendo bolivianos e brasileiros, ao constatar a ausência de bolivianos no local, o capitão do navio retornou para Manaus.

As documentações levantadas demonstram que as ações da Marinha estiveram voltadas para o âmbito das negociações, ocupando-se com o transporte de plenipotenciários e autoridades importantes para o desenvolvimento dos acordos. O caso do capitão-tenente Raimundo Ferreira encarregado de poderes diplomáticos temporários corrobora a evidência do caráter conciliatório da Marinha.

A Marinha, portanto, exerceu papel essencial na execução dos acordos diplomáticos, essa importância deve-se às características topográficas da região Amazônica, banhada por rios e afluentes, demandando que o transporte mais efetivo fosse feito por meio de embarcações de pequeno porte e alta velocidade.

²⁰ PINHEIRO, Rosa Beatriz Madruga et al. O TINIR DE SABRES NA ANTESSALA: DIPLOMACIA E AÇÃO MILITAR NA QUESTÃO DO ACRE. Revista da Escola Superior de Guerra, v. 32, n. 64, p. 13-31, 2017.

Mapa 1 - Carta geographica do Território do Acre com recorte das regiões de Caquetá e Porto Acre.



FONTE: CASTRO, Plácido de. Carta geographica do Território do Acre. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves & Cia, 1907. 1 mapa, 27 x 50. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart163015/cart163015.jpg

Levando em consideração a funcionalidade da Marinha no território do Acre, no mapa produzido entre os anos de 1873 e 1908 por José Plácido Castro, destaquei as regiões de Caquetá e Porto Acre, localizadas às margens do rio Acre. Ambos foram mencionados como pontos de frequente chegada de embarcações da Flotilha do Amazonas, para os quais foram demandadas ordens de patrulhas e envio de diplomatas.

O Porto Acre, localizado abaixo de Caquetá, que anterior à primeira revolta do Acre era chamado de Puerto Alonso, ocupou um papel central na deflagração de conflitos envolvendo brasileiros e bolivianos. Durante a primeira grande revolta, a qual desencadeou na Primeira Declaração de Independência do Acre, o porto esteve envolvido diretamente no conflito, uma vez que a pauta da disputa eram as tarifas cobradas pelo governo boliviano.

Em 1902, sob liderança de Plácido Castro, outro conflito de grande proporção ocorreu nessa região. Os acontecimentos da primeira revolta mostraram a dificuldade da Bolívia em gerir seu território, com isso o país passou a negociar a instalação de uma companhia de capital estrangeiro com os Estados Unidos. Essa companhia denominada de Bolivian Syndicate, era

encarregada de plenos poderes fiscais e militares²¹, e passou a servir como força auxiliar para gerir o território contestado.

O arrendamento do território foi visualizado pelo Brasil enquanto iniciativa imperialista. A intromissão dos Estados Unidos na “Questão do Acre” amplamente difundida nos periódicos mobilizou a opinião pública gerando revoltas diante da até então passividade do governo brasileiro frente ao interesse internacional no território em disputa²².

A partir desse momento, finais de 1902, em meio a um clima de tensão, o Brasil passou a reivindicar o território, as mobilizações da opinião pública assim como a nomeação de Rio Branco para o cargo de Ministro das Relações Exteriores mudaram os rumos da posição brasileira em relação ao território do Acre. Alinhada a essas mudanças, alguns vestígios de alterações da atuação da Marinha na região amazônica puderam ser observados.

A mudança política nacional

Partindo para a virada de chave da política diplomática brasileira, evidencio a atuação do Brasil em relação ao atual território do Acre dividido em dois momentos. No primeiro, nota-se a colaboração do governo em garantir a soberania da Bolívia sobre o território, pois se considerava que o Tratado de Ayacucho legitimava o domínio da Bolívia sobre a região conhecida como Alto Acre.

Nessa conjuntura, de colaboração do governo brasileiro, a Marinha atuou enquanto força auxiliar nas negociações, efetuando o transporte de diplomatas para a região litigiosa a fim de viabilizar os acordos. A missão de deposição de Luiz Galvez, líder da primeira revolução do Acre, indica a preocupação do governo brasileiro em sanar os conflitos, e cumprir as determinantes do último tratado, evitando assim, infringir o domínio do país vizinho.

O segundo momento refere-se à reivindicação do Brasil pelo território. Embora o debate requerendo o Acre fosse discutido assiduamente entre os intelectuais e brasileiros que trabalhavam na região, o Brasil enquanto governo só oficializou seu interesse em meados de 1902. A virada diplomática foi ocasionada por uma série de fatores internos e externos, entre

²¹ RAMÃO, op. cit., p. 26-27.

²² ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. “A cavalo dado não se olham os dentes”: o Bolivian Syndicate e a questão do Acre na imprensa (1890 a 1909). 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

eles a pressão nacional, a teoria de linha angular de Rui Barbosa²³, o envolvimento dos Estados Unidos através do Bolivian Syndicate, e o caso da canhoneira inglesa²⁴.

Esses acontecimentos inflamaram as negociações entre Brasil e Bolívia, fazendo com que a tensão entre os países aumentasse, ao ponto de ser possível a conflagração de um conflito armado de precedentes maiores. Como já explicitado, diplomacia e marinha possuíam dependência mútua, nesse sentido, as atuações da marinha de guerra da Amazônia continuaram seguindo os interesses do governo brasileiro.

Portanto, frente a essa conjuntura conflitante foi criada a Divisão Naval do Norte no ano de 1902, a divisão foi encarregada pelas missões de ocupação do Acre. O comando desta divisão era de grau hierárquico maior que o da Flotilha do Amazonas, normalmente contra-almirante ou capitão de mar-e-guerra, já o da Flotilha era capitão de fragata ou capitão-tenente, em vista dessa constituição hierárquica a Divisão Naval do Norte se sobrepôs a Flotilha do Amazonas²⁵. As embarcações que compunham a Divisão Naval do Norte eram de grande poder militar, deslocadas da Esquadra Brasileira sediada no Rio de Janeiro para atuarem no Acre, sendo elas: Encouraçado Floriano, Cruzador-torpedeiro Tupy, Cruzador-torpedeiro Tymbira, caça-torpedeiro Gustavo Sampaio²⁶.

Observo a formação da Divisão Naval do Norte enquanto medida estratégica para garantir suporte bélico para a região amazônica, com a finalidade de disputar o território do Acre caso houvesse conflito armado direto entre Brasil e Bolívia. A formação da Divisão Naval do Norte converge com o momento de reivindicação oficial do Brasil sobre o território, o grande porte das embarcações, bem como a capacidade de combate denotam a preocupação do Brasil frente às diversas ameaças representadas pela Bolívia e Estados Unidos através do Bolivian Syndicate.

Vale ressaltar ainda que nesse mesmo momento Plácido Castro liderava a revolta contra as ambições da companhia estrangeira instalada no Acre. O internacionalista Henrique Ramão

²³ A teoria de Linha Angular foi fundamentada por Rui Barbosa mediante seu estudo do Tratado de Ayacucho, ele considerou que a linha de divisão do território deveria ser angular e não oblíqua. As imprecisões sobre a demarcação do território contidas no tratado colaboraram para essa interpretação de Rui Barbosa, que posteriormente foi utilizada pelo Brasil para incorporar o território ao Brasil. Ver: COUTO, Felipe Rabelo. A Questão do Acre e a solução nacional de Rui Barbosa. *Veredas da História*, v. 8, n. 1, 2015.

²⁴ O caso da Canhoneira Inglesa consistiu na tentativa boliviana em navegar em águas brasileiras. O Brasil impediu a passagem da embarcação, argumentando que ela poderia estar transportando armas e tripulação estrangeira. Ver: GARBINO, Henrique Siniciato Terra. *De Ayacucho a Petrópolis: a interdependência entre diplomacia e ação militar durante a questão do Acre*. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação). Palhoça: Unisul, 2016. p. 71.

²⁵ Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM-2491. Livro de Ordens do dia da Flotilha do Amazonas. 1900.

²⁶ FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. A Marinha de Guerra na Amazônia. *Navigator*, v. 10, n. 20, p. 55-69, 2014. (p. 62).

considerou o acontecimento enquanto auge da tensão entre Brasil e Bolívia, pois o presidente boliviano José Manuel Pando organizou uma imponente expedição militar para dar fim à revolta. Em resposta, o presidente Rodrigues Alves aconselhado por Rio Branco declarava que não aceitaria a tentativa de repressão boliviana contra os brasileiros, e como medida protetiva iria deslocar suas forças militares para a região²⁷.

O Brasil passou a ocupar o Acre com sua força militar, e diante dessa conjuntura faz-se necessário inferir a colaboração de Rio Branco no encargo do Ministério das Relações Exteriores. Ele investiu intensamente no poder bélico do Brasil, a sua ambição era garantir uma Marinha brasileira poderosa e moderna capaz de impor sua hegemonia sob a América do Sul²⁸. Nessa perspectiva, os indícios apontam a Divisão Naval do Norte enquanto parte do plano político-militar de Rio Branco, capaz de representar o avanço do poder militar na Amazônia, bem como sua função estratégica na dissuasão de possíveis ameaças adversárias.

Considerando a argumentação apresentada por Rosa Pinheiro, de que a diplomacia se ampara no exercício da persuasão na medida em que recorre a violência simbólica como um de seus meios²⁹. A criação da Divisão Naval do Norte, no momento de reivindicação do Brasil sobre o território do Acre pode ser entendida, portanto, não só como medida preparatória para um conflito armado contra as forças bolivianas, mas também, enquanto medida estratégica, tendo como função, desencorajar seu opositor visto sua capacidade bélica imponente.

Diante desse momento de tensão política e iminente deflagração de um conflito armado, em 1903 a disputa pelo território foi decidida diplomaticamente, as negociações resultaram na assinatura do Tratado de Petrópolis, no tratado a posse do atual território do Acre foi concedida ao Brasil. Em troca o Brasil teve que ceder uma faixa de terra no estado do Mato Grosso, pagar dois milhões de libras esterlinas e construir uma ferrovia que facilitasse o acesso da Bolívia ao Oceano Atlântico.

A resolução da “Questão do Acre” foi mediada pelos meios diplomáticos, mas ao enfocarmos na perspectiva militar, nesse caso a Marinha de Guerra, podemos ampliar a discussão e perceber organizações complexas, interdependentes e complementares entre si. Nesse caso, se evidencia a importância da Marinha para o fazer diplomático, sua efetividade ainda pode ser ampliada se considerarmos sua dinâmica nos deslocamentos sob os rios amazônicos.

²⁷ RAMÃO op. cit., p.30.

²⁸ ALMEIDA, Silvia Capanema P. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 23, p. 147-169, 2010. (p.150).

²⁹ PINHEIRO, Rosa Beatriz Madruga. op. cit., p.26-28.

Considerações finais

Ao longo do trabalho considerei as ações da Marinha de Guerra enquanto demandas estritamente ligadas às ambições do governo brasileiro, isto posto, a tomei como objeto central de estudo, mas ao analisar suas atuações considerei também a conjuntura política, reconstituindo discussões de populares, intelectuais e seus desdobramentos na diplomacia.

Nesse viés, busquei enfatizar que no momento de colaboração do Brasil com a Bolívia, a Marinha, por meio das expedições ao Acre tiveram um caráter diplomático pacificador, na medida em que foi responsável pelo deslocamento de diplomatas e oficiais da Marinha a fim de assegurar a soberania boliviana sobre o território. O caso da deposição de Luiz Galvez e desestruturação da Primeira Independência do Acre coordenado pela Flotilha do Amazonas reforça a tentativa colaborativa do Brasil em relação à Bolívia.

No segundo momento do trabalho, referente a reivindicação do Brasil sobre o território do Acre expus as diversas causas para a mudança da posição brasileira sobre a “Questão do Acre”, e diante dessa virada de chave analisei as principais mudanças referentes à atuação da Marinha de Guerra no conflito.

Em conluente, ao trabalhar os dois meandros, diplomacia e marinha, analisei as mudanças em seus discursos e atividades no decorrer do tempo. Respectivamente, diplomacia e marinha passaram pelo processo de colaboração e reivindicação, uma vez que a diplomacia inferia diretamente nas ações delegadas à Marinha. Objetivando analisar, dentro dos limites impostos pela documentação, as ações da Marinha na questão do Acre notou-se a interdependência desses meandros e a necessidade em estudá-los conjuntamente para uma compreensão estendida. Nesse sentido, a partir da dinâmica política militar foi possível investigar as missões da Marinha de Guerra e entender sua colaboração para o processo de formação dos limites territoriais do estado nacional brasileiro.

Referências

ALMEIDA, Silvia Capanema P. A modernização do material e do pessoal da Marinha nas vésperas da revolta dos marujos de 1910: modelos e contradições. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 23, p. 147-169, 2010.

BELTRAN, Clara López. A exploração e ocupação do Acre (1850-1900). *Revista das Índias*, v. 61, não. 223, pág. 573-590, 2001.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. *Revista Tempo*, vol. 20, 2014.

DE CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. Editora Companhia das Letras, 2019.

FARIAS, William Gaia; PEREIRA, Pablo Nunes. A Marinha de Guerra na Amazônia. *Navigator*, v. 10, n. 20, p. 55-69, 2014.

GARAY VERA, Cristián. EL ACRE Y LOS" ASUNTOS DEL PACÍFICO: BOLIVIA, BRASIL, CHILE Y ESTADOS UNIDOS, 1898-1909. *Historia (Santiago)*, v. 41, n. 2, p. 341-369, 2008.

GARBINO, Henrique Siniciato Terra. De Ayacucho a Petrópolis: a interdependência entre diplomacia e ação militar durante a questão do Acre. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação) – Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Palhoça, 2016.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios, 1875-1914. 20ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MONTEIRO, Antonio Tavares et al. O processo de anexação do Acre ao Brasil sob a ótica do direito dos tratados e do paradigma do realismo político das relações internacionais. 2008. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-graduação em Direito.

PEREIRA, Pablo Nunes. Os almirantes dos rios: relações sociais, poder e combate na Amazônia (1868-1924). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2021.

PINHEIRO, Rosa Beatriz Madruga et al. O TINIR DE SABRES NA ANTESSALA: DIPLOMACIA E AÇÃO MILITAR NA QUESTÃO DO ACRE. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 32, n. 64, p. 13-31, 2017.

RAMÃO, Henrique Guilherme Sanches. A diplomacia brasileira durante a República Velha (1889-1930) uma análise do pensamento de Rui Barbosa quanto à questão do Acre à segunda Conferência de Paz de Haia e à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial. 2015.

SCAVARDA, Levy. História da flotilha do Amazonas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1968.

Fontes:

Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM-2432. Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM-2490.

Arquivo Nacional. Série Marinha. IVM-2491.

BRASIL-BOLIVIA. Incidente Acre-boliviano. Cartas de João Lucio d'Azevedo. Juízo da Imprensa. Violências contra Brasileiros. Typografia de Pinto Barbosa & C.^a, Pará, 1899.

CERQUEIRA, Dionisio. Territorios del Acre: la soberania de Bolivia, proclamada en el congreso brasileño. Buenos Aires: Imprenta, litografía y encuadernación de J. Peuser, 1900. Disponível em: < <https://repositorio.umsa.bo/handle/123456789/7228>